

Educação popular e economia solidária na prevenção ao consumo de álcool na adolescência.

Antonio Armando Ulian do Lago Albuquerque^{*}
Betânia da Mata Ribeiro Gomes^{**}
Lucila Castanheira Nascimento^{***}
Saulo Tarso Rodrigues^{****}

Introdução

O consumo de álcool entre adolescentes se constitui em uma prática sociocultural (Santos, 1997), não obstante haja a criminalização de sua venda a menores de dezoito anos. As raízes desse processo podem ser encontradas na influência greco-romana, que nos legou a tradição cultural ocidental. Vários fatores de risco, associados a esse legado, se desenvolveram socialmente em conjunto com as transformações

* Professor Mestre Assistente da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. Professor Mestre Assistente da Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, Mato Grosso, Brasil.

** Professora da Faculdade de Enfermagem da Universidade de Pernambuco, Recife, Brasil. Doutora pelo Programa Interunidades da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.

*** Professora Doutora da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

**** Professor Adjunto da Faculdade de Direito da UFMT. Doutor em Sociologia do Direito e do Estado pela Universidade de Coimbra-Portugal. Pós-Doutor em Direito do Estado pela Universidade de Uppsala-Suécia.

socioculturais, econômicas e históricas, evidenciando um crescimento do quadro de morbidade e mortalidade, principalmente na população juvenil (Gomes, e col., 2010).

Corolário desses apontamentos realizados pelas pesquisas que identificam a vulnerabilidade social juvenil ao uso de álcool é a elaboração de políticas públicas de atenção primária e secundária que a enfrentem e a ultrapassem (Brasil, 2004).

Essa reflexão justifica-se, primeiramente, devido à ausência na literatura da correlação entre educação popular e economia solidária, com finalidade preventiva ao uso de álcool entre adolescentes. Em segundo lugar, os marcos legais e de políticas públicas, no Brasil, definem e indicam a aproximação entre essas práticas em atenção primária, muito embora ainda não tenha sido efetivada. Por essa razão, este trabalho objetiva promover a associação teórica da educação popular com a economia solidária para a promoção de ressignificações dos fatores de risco quanto ao uso de álcool por adolescentes. Para o desiderato desse objetivo, primeiramente contextualizar-se-á o consumo de álcool entre adolescentes, posteriormente refletir-se-á sobre o conceito de vulnerabilidade, indicar-se-á o conceito de educação popular e de economia solidária e, finalmente, analisar-se-ão as categorias de fatores de risco para a sua ressignificação. O método utilizado pauta-se pela reflexão sobre a literatura referente aos fatores de risco e aos usos da educação popular e da economia solidária na saúde mental em atenção primária.

O contexto acerca do uso de álcool na adolescência

O uso do álcool é caracterizado como um fenômeno social e também a substância mais largamente consumida, respondendo por 95% dos resultados de morbidez e mortalidade relatados devido ao seu abuso (Souza, 2005). Nos Estados Unidos, 19% dos estudantes universitários entre 18 e 24 anos possuem transtornos relacionados ao uso de álcool;

abuso ou dependência (Niaaa, 2005). No Brasil, 12,3% da população, na faixa etária entre 12 e 65 anos, é dependente de álcool (Carline e col., 2006). Ainda de acordo com outro levantamento nacional, em 2004, 65,2% dos estudantes relataram uso de álcool na vida; 44,3%, nos 30 dias anteriores à pesquisa; 11,7% fizeram uso frequente; e 6,7%, uso pesado, ou seja, vinte ou mais vezes no mês que antecedeu a investigação (Galduroz e col., 2005). No recém-levantamento sobre o consumo de drogas entre estudantes universitários de 27 capitais brasileiras (Brasil, 2010), 86,2% (N=12.673) dos universitários relataram ter usado álcool em algum momento da vida. A alta prevalência de consumo de álcool *nos últimos 30 dias*, tanto entre homens como entre mulheres (67% e 56%, respectivamente), demonstra que grande parte faz uso recorrente dessa substância.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), há uma tendência mundial de uso cada vez mais precoce de substâncias psicoativas, incluindo o álcool (WHO, 2004). Indica um uso problemático que pode trazer graves consequências para a vida futura desses jovens. Para o Ministério da Saúde, o uso e o abuso de álcool e outras drogas têm sido uma das principais causas desencadeadoras de vulnerabilidade na adolescência, a exemplo dos acidentes, suicídios, violência, gravidez não planejada e a transmissão de doenças por via sexual e endovenosa, nos casos das drogas injetáveis (Brasil, 2005). Além da vulnerabilidade do adolescente e da facilidade de acesso, apesar da proibição da venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos, o consumo de álcool por essa população é uma prática comum. A influência de outros fatores associados ao uso também tem sido estudada, como o grupo de pares, a escola, a comunidade e a mídia.

Para Schenker & Minayo (2005), a relação com os pares é um consistente fator que pode influenciar não só o início como também a permanência do uso de substâncias por

parte dos adolescentes. Fatores estruturais, como os individuais, familiares e sociais, combinam-se de forma a aumentar ou proteger a probabilidade do uso e abuso de álcool e outras drogas. São importantes os estudos que contribuam para o entendimento das experiências e necessidades dessa clientela, com vistas a proporcionar subsídios para o desenvolvimento de comportamentos mais saudáveis e níveis de saúde satisfatórios e com qualidade.

No Brasil, identificou-se que a idade de início para o consumo de álcool dá-se antes dos 16 anos. É um dado alarmante, pois quanto mais precoce o consumo de álcool, maiores as chances de ocorrer uma dependência alcoólica na fase adulta, sendo, na adolescência, que se desenvolvem o sistema nervoso central e a personalidade. Quanto ao modo de viver, entre os jovens que declararam usar álcool nos 12 meses anteriores à investigação, havia diferenças quanto ao estilo de vida comparado aos que afirmaram não serem usuários. Aqueles tinham maior tempo disponível nos finais de semana; nos instantes livres, se ausentavam mais do lar; possuíam uma vida social intensa; participavam mais das atividades políticas estudantis, dos esportes e lanchonetes; estudavam menos; com pouca frequência à biblioteca e um maior índice de evasão escolar, além de possuírem vida sexual mais ativa e procurarem consultas psiquiátricas mais frequentes (Brasil, 2010).

A população de adolescentes não é homogênea. Há fatores de risco que necessitam ser esclarecidos e contextualizados, objetivando elaborar estratégias de intervenção eficazes. Esses fatores associam-se às características do desenvolvimento psicológico e social do indivíduo e àquelas do meio em que vive, particularmente quanto às condições gerais de oferta e disponibilidade de álcool e outras drogas. Em relação às características pessoais de gênero, entre os estudantes universitários masculinos, o consumo de álcool é feito para melhorar o suporte e a interação

social, enquanto entre as mulheres tem o objetivo de aliviar as insatisfações gerais da vida (Brasil, 2010). A interpretação para o início da utilização de álcool entre adolescentes se fundamenta no argumento de que o seu consumo propicia uma diversão mais acentuada e auxilia no aumento da sociabilidade (Bonomo; Proimos, 2005).

A prevenção do uso indevido de drogas por adolescentes e sua vulnerabilidade servem de base para os diversos contextos sociais e devem permear o contexto familiar e outros ambientes importantes para a atenção primária ao uso indevido de drogas, como o grupo de amigos, escola, comunidade e a mídia. A política do Ministério da Saúde dispõe que o tema álcool e outras drogas necessitam de uma ação não apenas ampliada, mas também composta por diferentes saberes e aportes teórico-técnicos. Significa a definição de diretrizes, ações e metas de forma integrada e diversificada quanto às estratégias terapêuticas, preventivas, reabilitadoras, educativas e promotoras de saúde (Brasil, 2004).

O uso de álcool e outras drogas é um grande desafio a ser enfrentado pelos gestores e profissionais de saúde (Brasil, 2005). Um desafio complexo porque também se caracteriza como um processo cultural (Santos, 1997), em que a permissividade impulsionada pela mídia e a construção do imaginário sobre o álcool, realizadas por um *marketing* de qualidade e criativo, expõem adolescentes e jovens adultos, sendo estes o seu público-alvo (Pinsky e col., 2007).

Se o consumo de álcool é uma prática cultural, uma abordagem teórica diversificada ó de acordo com a política ministerial brasileira ó deve promover a alteração dos significados que os adolescentes dão ao consumo de álcool. Significa proporcionar condições satisfatórias para ocorrer uma ressignificação do sentido buscado pelos próprios adolescentes, ao consumirem álcool. A cultura é um conjunto de mecanismos de controle, aptos a direcionar ou governar a conduta humana.

Mecanismo de controle é a representação por meio das palavras, dos gestos, dos desenhos, dos sons musicais, dos objetos ou qualquer meio utilizado para impor um significado à experiência, estabelecendo uma teia de significados tecidos pelos próprios protagonistas. A cultura representa essas teias de significados. A sua modificação é dependente da alteração dessa teia produzida pelos protagonistas e sociedade. A cultura não é uma ciência experimental em busca de generalizações, mas uma ciência interpretativa em busca do significado (Geertz, 1989).

O alcoolismo se desenvolve na fase adulta, porém é na adolescência que se inicia o hábito de beber, sendo, portanto, o instante de prevenir. Para estruturar uma intervenção ou estratégia preventiva aos adolescentes, primeiramente é preciso compreender o significado da prática do uso de álcool para eles (Souza e col., 2010). Essa compreensão ganha prestígio com a abordagem sociocultural ou antropológica interpretativa, porque possibilita refletir sobre a construção de caminhos interventivo-preventivos e integrativos que os modifique substancialmente. Antes de refletir sobre a prevenção por meio da educação popular e da economia solidária, evidenciar-se-ão algumas discussões acerca da vulnerabilidade dos adolescentes quanto ao uso de álcool.

O sentido de vulnerabilidade quanto ao uso de álcool na adolescência

Os cidadãos brasileiros, por um lado, condenam o abuso de álcool pelos jovens; por outro, a sociedade estimula o uso por meio da cultura e mídia (Pechansky, 2004). Por isso, é importante delinear o universo de significados dos adolescentes em relação ao consumo de bebidas alcoólicas indicado pela literatura, tornando-os mais vulneráveis. A vulnerabilidade insere-se num contexto sócio-histórico e enfatiza a importância de atentar para a existência dos jovens. Consiste em analisar o

entorno da vida dos adolescentes (Luz e Silva, 1999; Ayres, 1996; Neto, 2000; Paulino & Jeolás, 2000; Melo, 2001).

O conceito de vulnerabilidade não é homogêneo. Existem vários fatores que podem aumentar o grau de vulnerabilidade dos jovens. O gênero, o estilo de vida, as condições de saúde, o acesso ou não à informação, a ausência de serviços de saúde voltados para os adolescentes, dentre outros (Luz e Silva, 1999). A vulnerabilidade compreende o uso de álcool inter-relacionado a aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos (Paulino & Jeolás, 2000; Adorno, 2001). Na adolescência, esses fatores se constituem como a transitoriedade da fase (a pessoa não é criança, mas também ainda não se constitui como adulto); autonomia e responsabilização pelos atos relativizados; crítica e oposição aos adultos para se individuar e se autoafirmar; transformação corporal; formação de uma nova imagem sobre si mesmo; descoberta da sexualidade; ansiedade frente às exigências familiares, laborais e consumistas (Paulino & Jeolás, 2000).

Em razão dos diferentes contextos sócio-históricos e vivenciais de desenvolvimento do adolescente, essas características, aparentemente comuns, se manifestam de modos também diversificados, expondo variados graus de vulnerabilidade (Paulino & Jeolás, 2000). Não cabe, por isso mesmo, considerar o uso de álcool e de outras drogas como um ato de vontade individual das pessoas. Os usuários inserem-se numa complexa teia de significados tecidos pela sociedade, familiares e diretamente associados aos seus pares. Funda-se numa base socioeconômica e histórica, num pertencer, muitas vezes sub-reptício, que necessita de seu desvelamento.

O comportamento de consumo de álcool enraíza-se nas experiências compartilhadas com a sociedade, orientando as relações das pessoas entre si e com o mundo derredor, inserindo-se em sua dinâmica e transformação (Souza, 2009). Possui um significado social construído a partir de um

aprendizado sobre tais usos. Por isso, essas pessoas precisam ser ouvidas e apreendidas para a posterior modificação de significância cultural dada ao uso de álcool. Em períodos de festas populares, o consumo de álcool acarreta uma maior sociabilidade, desinibição, expondo os jovens a uma maior experimentação, elevando os danos como, por exemplo, os acidentes (Souza, 2009). Essas ocasiões representam uma teia de significados, um nível de socialização inserido na experiência do adolescente. Muito embora muitos jovens não percebam o uso de álcool como droga, a facilidade de acesso e a propagação dos *mass media* acabam, culturalmente, despotencializando o impedimento legal de sua venda (art. 243, ECA). Também, a culpabilização, como consequência da criminalização e repressão, não contribui para a reflexão do modo como os usuários vivem e existem no mundo.

Para os adolescentes, o uso de álcool representa uma agregação social, pois promove uma autoimagem de maior importância no pertencimento ao seu grupo social, posto ser atitude de um adulto (Sorte, 1998). Há uma multiplicidade de fatores inter-relacionados formadores de sentidos ao consumo de álcool pelos jovens, comumente associados ao prazer transitório do consumo e seu significado de mediar a sociabilidade ou desinibir, bem como estimular a relação entre seus grupos de pares, naturalizando uma cultura do *öbeber* socialmente (Abramovay, 2005).

A ilicitude da venda de álcool aos adolescentes não é um impeditivo para que essa prática ocorra reiteradamente. Em uma fase de desenvolvimento em que ocorrem várias transformações físicas, mentais e sociais, a proibição, se não efetiva, como ocorre no Brasil, acarreta o impulso à curiosidade. A facilidade de acesso à droga e a possibilidade de transgressão à ordem estabelecida favorecem o uso de álcool. Romano e col. (2007) entendem que a facilidade de acesso dos adolescentes para comprarem bebidas alcoólicas associa-se à ineficácia da aplicação da lei que proíbe

essa venda. Discorda-se do autor, pois a alteração de sentidos não ocorre pela sua institucionalização criminógena, via repressão e eficácia dos aparelhos coercitivos na observância da norma jurídica penal, mas por meio dos fatores psicossociais, contextuais, histórico-econômicos, nos quais os protagonistas se inserem. A cultura repressiva jurídica confere à sociedade uma culpabilização dos sujeitos envolvidos para proporcionar uma sensação de segurança jurídica e pública, na realidade, inexistente (Andrade, 2003).

Os contextos familiares desarmônicos, em razão da ausência de controle dos pais sobre os hábitos juvenis, ou a falta de diálogo favorecem o consumo de álcool e de outras drogas. Outros fatores como, por exemplo, afastamento de uma religião, ausência de atividades escolares e pressão social dos amigos, também caracterizam o uso de álcool na adolescência. O uso associa-se aos sentidos de prazer imediato, transgressão, fuga por meio do prazer solitário, jogo com a morte, necessidade de poder, inconformismo, necessidade de liberdade, aceitação e respeito com colegas/amigos (Galduróz, 2010).

São vários os fatores de riscos associados ao consumo de álcool e de outras drogas na adolescência. Ante essa multiplicidade, orientar-se-á a reflexão a partir da construção, teórico-didática, de categorias de vulnerabilidade associadas às características defendidas pelos pesquisadores aqui apresentados, de modo a propiciar a alteração dos sentidos atribuídos. Antes, porém, apresentar-se-ão os conceitos de educação popular e de socioeconomia solidária.

Educação popular

A educação popular pode favorecer a alteração de significados que os adolescentes constroem em suas vivências, porque promove o solidarismo comunitário e a ética da alteridade. Esses dois pressupostos perpassam pelo desenvolvimento e consolidação de políticas públicas fundadas

na reflexão com ação, pois o diálogo se coloca como um caminho pelo qual as pessoas ganham significação enquanto sujeitos e conquistam o mundo para a sua libertação (Alvim & ferreira, 2007, p. 317). Consiste numa ética da alteridade, orientada pela solidariedade que contrarie as práticas repressivas conjugadas na relação dominação-submissão (Luis, 2008).

A educação popular é uma ação preventiva formadora de um espaço em que se constroem novos laços existenciais, a partir do protagonismo dos próprios atores envolvidos e evoluídos. Evolver deriva etimologicamente de *evolveo*, *evolvere*, com o sentido de rolar de cima, arrojado, despenhar; rolar para fora, estender, desdobrar, desenrolar; tirar de, fazer sair, desembaraçar; relatar (Mattos, 2008, p. 64). Essa educação se orienta pela construção social das *peessoas* em organizações coletivas unidas para a produção e a utilização social dos bens necessários para o desenrolar da vida saudável, conduzindo a uma prática econômico-solidária que visa ao agregarismo comunitário das pessoas que se inter-relacionam (Vygotski, 1998; Bakhtin, 1997).

O conceito de pessoa se diferencia de indivíduo ao considerar as relações e os contextos em que o ser humano se constitui. As pessoas formam sua personalidade na relação com o outro, no coletivo (Vygotsky, 1998). Um processo educacional preventivo em relação ao álcool e a outras drogas não pode se dissociar da narrativa histórica e socialmente contextualizada das pessoas envolvidas. Essa descrição deve permitir a todos os outros reconhecerem sobre o que se descreve (Carvalho, 1987), capacitando ao evolver. Por oposição a essa educação popular, a educação formal se caracteriza por centralizar-se numa ordem rígida de leis e procedimentos restritivos da flexibilidade curricular (Dib, 2008). Na educação popular, deve ocorrer uma imersão, em conjunto com as pessoas, na atribuição de sentidos sobre a própria construção de conhecimento que se manifesta na

relação com os outros e a sociedade (Bakhtin, 1997).

A maioria dos espaços educativos segue um ideal em que se afirmam a mentalidade de disciplinamento, a docilidade dos corpos e a fragmentação e individualização dos espaços, pela inserção de jovens e adultos em uma sala pretensamente homogênea que classifica e rotula as pessoas, a partir de seus comportamentos e pertencimentos existenciais (Foucault, 2008; Becker, 2009). Com Freire (2006), entende-se que a educação popular arrasta consigo um procedimento incentivador da participação, um caminho de busca da cidadania em seu sentido participativo, crítico e criativo e não uma posição social que precisa ser ocupada (Andrade, 1993).

A educação popular traduz uma filosofia, uma epistemologia que vai no sentido do fazer história e construir autonomia (Freire, 2007). Resumidamente, compreende-se educação popular como um fenômeno de produção e apropriação dos produtos culturais, expresso por um sistema aberto de ensino e aprendizagem, constituído de uma teoria do conhecimento referenciada na realidade, com metodologias incentivadoras à participação e ao empoderamento das pessoas, com conteúdos e técnicas de avaliação processuais, permeados por uma base política estimuladora de transformações sociais e orientadas por anseios humanos de liberdade, justiça, igualdade e felicidade (Incubes, 2003).

Economia solidária

A economia solidária articula-se diretamente com essa concepção de educação, porque não se centra no capital como seu modo de organização. É complexa, pois abrange uma multiplicidade de dimensões que objetivam apreender a existência humana em sua integralidade, inter-relacionada com todas as formas de vida (Boff & Arruda, 2002). Constitui-se em um ato pedagógico em si mesmo na medida em que propõe uma nova prática social e um entendimento novo dessa prática

(Singer, 2005, p. 19). Ela sugere um desenvolvimento vinculado à comunidade como um todo, um desenvolvimento realizado não apenas para, mas pela comunidade toda (Mascarenhas, 2010). Por desenvolvimento, entende-se a superação das privações de liberdade, tais como: a pobreza extrema, a fome coletiva, a marginalização social, a privação de direitos básicos, a carência de oportunidade, a opressão e a insegurança econômica, política e social (Sen, 1999).

Conceituar a economia solidária constitui-se uma tarefa complexa, pois inexistente uma delimitação conceitual clara. É um conceito em construção por diversos participantes, atividades e críticos. Todos contribuem para a atribuição de significados que contêm semelhanças e discrepâncias entre si (Mascarenhas, 2010). A economia solidária, aqui tratada, contextualiza-se no desenvolvimento de uma educação popular. Estão diretamente vinculadas. É notório o impedimento legal ao trabalho para os menores de 18 anos, salvo em situação de aprendizes. Mas a teoria e a prática de princípios e valores da economia solidária, por meio de uma educação popular, não conduzem a uma situação de trabalho juvenil, mas à resignificação do mercado e dos produtos capitalistas tão (in)acessíveis.

Dentre os princípios e valores nos quais a economia solidária substancia seu conceito e atividades e vincula-se à educação popular, destacam-se: a) a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica, b) o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino, numa economia fundada na solidariedade, c) a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, d) os valores da cooperação e da solidariedade (Fbes, 2006).

A construção de uma política de economia solidária na democracia brasileira orienta-se por um projeto de desenvolvimento integral, objetivando a sustentabilidade, a justiça econômica, social, cultural e ambiental e a realização da

democracia participativa. Estimula as alianças entre as organizações populares para o exercício da cidadania, favorecendo a erupção de novos atores sociais autônomos, capacitados ao desenvolvimento de regras de direitos sociais em benefício da própria sociedade (Fbes, 2006). Resumidamente, a economia solidária consiste em uma prática social, coletiva, educativa e econômica, em uma colaboração mútua solidária das pessoas, nutrida por valores culturais que colocam o ser humano na centralidade da vida.

Os Ministérios da Saúde e do Trabalho instituíram o grupo de trabalho de saúde mental e economia solidária indicando várias atribuições, dentre as quais: a) propor e estabelecer mecanismos de articulação entre as ações das políticas de saúde mental e economia solidária; b) propor atividades de formação, capacitação e produção de conhecimento na interface saúde mental e economia solidária, bem como do marco jurídico adequado; c) propor mecanismos de apoio financeiro para as experiências de geração de renda e trabalho [...] (Brasil, 2010a). É um desafio para todas as áreas vinculadas ao espaço público incluir tais princípios em sua prática efetiva, porque o sistema capitalista atribui o sentido de ocupação dos espaços para obtenção de satisfações tão apenas pessoais como, por exemplo, o lucro. A educação popular e a economia solidária podem ser instrumentos de intervenções breves, propositadas a esse deslocamento de sentidos.

Prevenção na adolescência pela educação popular e economia solidária: ressignificando sentidos

Há um contexto brasileiro de atribuição de sentido depreciativo às transformações pelas quais os(as) adolescentes passam em suas trajetórias existenciais, sobre suas ideias e ações. Comumente são tidos como irresponsáveis, inconsequentes e incompreendidos. Por essa razão, merecem uma atenção dos setores públicos, desenvolvendo políticas

públicas específicas (Brasil, 2005). A abordagem de risco, como, por exemplo, o uso de drogas, aparece circunscrita negativamente a essa trajetória existencial do adolescente, comumente também associada à violência. Trata-se de não generalizar as atribuições de sentidos sobre o comportamento do adolescente, posto ter-se uma diversidade de pessoas em razão de suas trajetórias. O homem consiste numa pluralidade de significações tecidas por suas próprias práticas e vivências. Por isso mesmo, deve-se evidenciar uma abordagem num contexto diferente do universal e homogêneo, mas plural, tomando, como parâmetro, adolescentes e não adolescente no singular (Brasil, 2005).

A vulnerabilidade social (Adorno, 2001) na qual os(as) adolescentes estão circunscritos(as) pode ser, para fins didáticos, categorizada para facilitar a promoção de sua alteração de sentido. Reflete-se, a partir de cinco categorias, construídas com fundamento nos fatores de risco já delineados: a) vulnerabilidade quanto ao contexto familiar; b) vulnerabilidade quanto ao contexto ético; c) vulnerabilidade quanto ao contexto socioeconômico; d) vulnerabilidade quanto ao contexto sexualidade; e) vulnerabilidade quanto ao contexto dialógico-educativo. São categorias didáticas, e os riscos inseridos em cada uma delas não são estáticos, porque as condições sócio-históricas dos adolescentes os flexibilizam em relação às categorias.

No contexto quanto à *vulnerabilidade familiar*, inserem-se todos os riscos que traduzem uma relação de poder hierárquica estabelecida entre pais, filhos e aparentados, docilizando o corpo juvenil e promovendo uma redução do âmbito da autonomia e restrição de sua participação efetiva sobre os problemas e soluções que afligem a todos os membros, desfavorecendo a construção de um novo imaginário para e pelo próprio adolescente (Adorno, 2001). Nesse contexto, incorporam-se os riscos de maior ausência do lar,

ansiedade frente às exigências da família, fuga de problemas, formação de uma nova imagem sobre si, perda da autonomia, desagregação dos pais e necessidade de liberdade. Em relação ao contexto *ético*, incluem-se todos os riscos associados à incapacidade de a sociedade compreender que os significados existenciais das pessoas são tecidos a partir das relações com os outros, consistindo em uma ética da alteridade. Dentre os riscos que traduzem esse sentido, estão as festas populares, a necessidade de representar um poder perante os outros, a curiosidade pelo proibido, a facilidade de acesso ao álcool, o inconformismo perante a sociedade adultocêntrica, a transgressão, o prazer imediato, a fuga pelo prazer solitário, o jogo com o desconhecido, o afastamento da espiritualidade e o aliviar as insatisfações da vida. Por espiritualidade, compreende-se a dimensão da vida que visa favorecer a harmonia da pessoa com o universo (Nascimento e col., 2010). A *vulnerabilidade quanto ao contexto socioeconômico* caracteriza-se pela dominação do capital em relação à centralidade da vida, despersonalizando e mercantilizando as relações pessoais e as próprias pessoas. Incluem-se como riscos o anseio por inserção social, a pressão social dos amigos, a ausência de serviços de saúde específicos aos jovens e uma vida social mais intensa. A *vulnerabilidade quanto ao contexto sexualidade* traduz toda a transformação corporal pela qual os adolescentes passam, bem como suas dificuldades de dialogar para além de sua função reprodutiva, tal como imposta pela sociedade sexista e adultocêntrica, que atribui um sentido preconceituoso e dominador em relação à sexualidade (Adorno, 2001). Os riscos associados a essa categoria indicam uma capacidade maior de os adolescentes se desinibirem com o uso de álcool, propiciando uma ampliação da diversão, uma maior interação social, um tempo maior nos finais de semana, uma vida sexual ativa, a descoberta da sexualidade, a transformação corporal e um período de transitoriedade e afirmação da sexualidade. A categoria de *vulnerabilidade quanto ao contexto*

dialógico-educativo vincula-se ao desenvolvimento de uma educação formal, na qual a pessoa pouco se expressa nos mais diferentes espaços sociais disponibilizados, entendida apenas como um caminho necessário para inserção no mercado e desenvolvimento do papel de cidadão passivo (Dib, 2008; Adorno, 2001). Inscrevem-se, nessa categoria, os riscos como a ausência de informações ou do acesso a elas, a permissibilidade pelos *mass media* quanto ao uso de álcool, as atividades políticas estudantis como processo de individuação, a prática de esportes, a frequência a lanchonetes, menos tempo para os estudos, pouca ou ausência de frequência à biblioteca e uma maior evasão escolar.

Uma educação popular motivada à prevenção ao uso de álcool e de outras drogas subsistirá permeada por uma teoria que exige a compreensão do processo complexo das relações e das interdependências presentes na sociedade, na educação, nos fenômenos físicos e culturais. Além de perceber as relações sistêmicas, compreendê-las também em termos de contradições dialéticas, portanto dos movimentos e das possibilidades transformadoras (Morin, 2001). Por essa razão, as categorias se desenrolam como um tecido de significações inter-relacionadas dinamicamente com os contextos nos quais são construídas.

Há poucas discussões a respeito da integração entre educação popular e saúde mental e ausência em sua interface com a economia solidária. Os resultados encontrados, em sua grande maioria, evidenciam que ocorrem transformações na vida das pessoas devido à garantia de um espaço para o encontro de subjetividades, desejos e experiências (Carneiro e col., 2010). Esse espaço educativo-econômico-solidário não se caracteriza tão apenas para informar, mas, principalmente, para transformar saberes já existentes. Primeiramente, a apreensão dos sentidos do processo de uso de álcool pelos adolescentes é importante para conhecer o processo saúde-problema-cuidado, objetivando, coletivamente, decidir sobre as melhores estratégias para

preservar a saúde e prevenir os riscos (Alves, 2005). Os próprios adolescentes se constroem, comunitariamente, como protagonistas do processo de alteração de significados de vulnerabilidade delineados pela sociedade.

A prevenção por meio da educação popular e economia solidária apta a alterar os sentidos dos contextos de vulnerabilidade pode se desenvolver por meio das diretrizes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF, posto para orientar a formação de equipe em rede de trabalho na saúde mental, composta por ações e serviços na Atenção Primária, Centros de Atenção Psicossocial, Ambulatórios, Residências Terapêuticas, Leitos de Atenção Integral em Saúde Mental, Programa de Volta para Casa, Cooperativas de Trabalho e Geração de Renda, Centros de Convivência e Cultura, entre outros (Brasil, 2010b). A educação popular e a economia solidária inscrevem-se no âmbito das diretrizes do NASF e habilitam à defesa da formação de um espaço de convivência e cultura em que a equipe dos CAPSs e a dos PSFs estejam integradas (Brasil, 2010b), a partir dos referenciais de educação popular e economia solidária, objetivando a intervenção primária, preventiva, de modo a alterar os sentidos das vulnerabilidades atribuídas aos comportamentos dos adolescentes. As diretrizes indicam o suporte às equipes de saúde da família por meio do apoio matricial em saúde mental, promovendo uma corresponsabilização entre as equipes de saúde da família e saúde mental, por meio da organização permanente de uma educação orientada às ações de saúde mental na Atenção Primária (Brasil, 2010b). Por isso mesmo, uma educação-econômica-solidária constituída preventivamente pode se dar no espaço de convivência e cultura. É nesse espaço preventivo que a equipe integrada promoverá suas ações para a ressignificação dos sentidos de vulnerabilidades. Há, portanto, diretrizes para essa construção. Entretanto, alguns obstáculos devem ser ultrapassados, dentre

os quais: a necessidade constante de capacitação da equipe da rede integrada, bem como um rastreamento dos resultados obtidos para motivar a continuidade das ações preventivas.

A ressignificação dos riscos que compreendem a categoria da vulnerabilidade familiar demandará a qualificação da equipe para a promoção de habilidades que ofereçam potencialidades reflexivas com os adolescentes, bem como alternativas em oficinas econômico-solidárias para elevação da autoestima dos familiares. Na impossibilidade de capacitação dos profissionais da equipe, o NASF poderá promover convênios com setores da organização civil (ONGs) ou com o Ministério do Trabalho e com a Secretaria de Economia Solidária.

A dinamicidade do diálogo, pela equipe, sobre os riscos à saúde dos adolescentes deverá refletir as suas realidades e cotidiano, propiciando que possam expressar suas reivindicações, sentimentos e inconformismo ante o contexto familiar (Adorno, 2001) e, ao mesmo tempo, instrumentalizando-os nas suas potencialidades e canalizando-os para novas práticas como, por exemplo, clubes de serviços, criação de brinquedotecas, clube de livros, criação de jogos de estratégias. Por outro lado, aos familiares, as oficinas educativo-econômico-solidárias podem favorecer alternativas de agregação de renda, porque motivarão o compartilhamento do conhecimento sobre seus próprios afazeres. Podem ser educados a realizar, por exemplo, frutas secas e caramelizadas, velas decorativas, sabonetes aromáticos, desde que não se associem apenas no âmbito de suas próprias famílias ó impedimento legal pelas diretrizes normativas da economia solidária. Essas iniciativas não apenas promovem uma maior presença em suas localidades, mas estimulam a cooperação comunitária, agregando familiares e elevando sua autoestima.

As ações a serem desenvolvidas pela equipe em relação à categoria de vulnerabilidade quanto ao contexto ético devem

promover uma ressignificação de pertencimento comunitário em relação ao e com o Outro. Caracteriza-se por um trabalho que desvela o significado de trajetórias pretéritas de pessoas que construíram, por exemplo, festas populares como representação de agregação comunitária, muitas das quais jovens motivados à promoção de espaços de convívio com encontros para fruição de emoções. Concentra-se, pois, em incentivar a curiosidade apta a edificar novos espaços com essa atribuição de sentidos, em que a criação seja o instrumental contrário à transgressão.

A vulnerabilidade quanto ao contexto socioeconômico, comumente associa-se à população pertencente a classes sociais menos privilegiadas, talvez porque as pesquisas levantem dados junto ao serviço público de saúde mais utilizados pelos hipossuficientes. Entretanto, o levantamento realizado entre jovens universitários em vinte e sete capitais brasileiras pode apresentar um quadro mais próximo da realidade, se associado a outros levantamentos, porque identificou o público-alvo pertencente às classes mais favorecidas (Brasil, 2010) que, provavelmente, puderam frequentar bons ensinos médios e cursinhos preparatórios para ingressarem nos respectivos vestibulares em instituições públicas e privadas.

Se pertencente ou não a padrões socioeconômicos diferentes, a ressignificação das práticas juvenis deve se associar aos seus contextos. A alteração de sentido provocado pela utilização da economia solidária pode proporcionar uma descoberta do conhecer, fazer e refazer na ação concreta para outras formas de inserção social, cooperativa e solidária, afirmando a pessoalização/individuação (Touraine, 1998).

Uma prática popular em saúde mental para prevenir os riscos ocasionados pela condição socioeconômica liga-se às atividades desenvolvidas por vários movimentos sociais que orientam sua atenção para ações efetivas dos jovens, como, por exemplo, as Organizações Não Governamentais ã Lua Novaõ e o ã AfroReagõ. Consistem em iniciativas que possuem a

missão de promover a inclusão e a justiça social, servindo-se de várias práticas vinculadas à educação e à cultura como ferramentas para unir as diferenças, oferecendo fundamentos para a sustentabilidade e o exercício da cidadania participativa.

O contexto de sexualidade juvenil demanda um grande esforço para ultrapassar os obstáculos da moralidade e sexismo, que ainda estão presentes na sociedade brasileira e que colaboram para os riscos associados à categoria apresentada. O enfrentamento a esses riscos pode se dar por meio do acesso a informações sobre saúde sexual contextualizada, com a formação histórica e política das relações de dominação e subjugação pela qual a sociedade brasileira se constituiu. A ressignificação dos sentidos sobre a sexualidade juvenil deve-se dar a partir da apreensão histórica do sentido de sexismo (Adorno, 2001).

A vulnerabilidade quanto ao contexto dialógico-educativo perpassa como eixo por todas as outras categorias, pois significa construir um espaço e circunstâncias favoráveis, para que os jovens possam ressignificar criticamente sua própria condição existencial. Constitui um esforço da equipe em desenvolver atividades concretas promotoras da defesa dos direitos humanos, da reciprocidade e da solidariedade (Adorno, 2001), como, por exemplo, a elaboração de rádios comunitárias dirigidas pelos adolescentes, a criação de mídias alternativas enfocando a realidade juvenil, por meio de dramatização e minisséries e a teatralização no palco da vida.

A utilização da educação popular e da economia solidária em atenção primária aos adolescentes pode promover uma alteração de atribuição de sentidos que os jovens indicam para o consumo de álcool, porque favorece uma contracultura associada ao desenvolvimento de uma vida juvenil saudável, propiciando o lúdico, o dialógico, a prática concreta de ações que podem agregar renda à família, acarretando um solidarismo entre o grupo de pares e familiares.

Considerações Finais

A alternativa de desenvolver políticas públicas que reflitam, no âmbito da atenção primária, o uso de álcool entre os adolescentes, integrando a educação popular e economia solidária como instrumentais teórico-práticos para promover a alteração de sentidos sobre a cultura juvenil do beber e abusar do álcool, está referenciada nas diretrizes político-normativas brasileiras.

Essas disposições habilitam à execução de ações integradas entre educação popular, economia solidária e saúde mental. Não obstante ao exposto, obstáculos como a falta de qualificação dos profissionais quanto ao assunto podem ser ultrapassados, promovendo-se convênios com organizações não governamentais e Ministérios do Trabalho e Educação que já realizam tais políticas preventivas em outros setores da vida pública como, por exemplo, as áreas de assentamentos rurais.

Evidenciou-se que as investigações apontam a necessidade de contextualização socioeconômica, histórica, cultural e política para a compreensão do uso de álcool entre adolescentes. A partir dos referenciais bibliográficos, criaram-se, didaticamente, cinco categorias de vulnerabilidades para promover a alteração de sentido que os próprios adolescentes atribuem aos riscos, nos quais estão inseridos com o uso de álcool, apontando iniciativas teórico-práticas para a eficácia da prevenção.

A fim de promover essa ressignificação de sentidos da própria existência juvenil, faz-se necessário desenvolver um espaço dialógico de atuação, em que a horizontalização das relações, o diálogo, a autonomia, o fazer e criar viabilidades sustentáveis econômicas, agregando renda à família e elevando a autoestima dos envolvidos, sejam potencializados nos e pelos adolescentes e seus familiares. Uma prática educativa e solidária popular, a partir dos referenciais dos próprios atores sociais, orientados a uma fruição da vida com saúde.

Considera-se de fundamental importância a soma de

esforços do poder público e das demais iniciativas associadas ao terceiro setor, para o desenvolvimento de ação preventiva por meio da integração da educação popular, da economia solidária e da saúde mental, referenciada em valores e princípios solidários, educativos e cooperativos que propiciem a formação de uma contracultura aos sentidos manifestados pelos fatores de risco quanto ao consumo de álcool na adolescência, de modo a promover a sua urgente e necessária ressignificação social.

Referências

ABRAMOVAY, M; Castro M. G. Drogas nas escolas: versão resumida. Brasília: UNESCO, Rede Pitágoras, 2005.

ADORNO, R. F. C. Capacitação Solidária. Um olhar sobre os jovens e sua vulnerabilidade social. São Paulo: AAPCS, 2001.

ALVES, V. S. Um modelo de educação em saúde para o programa saúde da família: pela integralidade da atenção e reorientação do modelo assistencial. Interface: comunicação, saúde, educação, v. 9, n. 16, 2005.

ALVIM, N. A. T. & Ferreira, M. A. Perspectiva problematizadora da educação popular em saúde e a Enfermagem, Texto e Contexto Enfermagem, v. 16, n. 2, 2007.

ANDRADE, V. R. P. A ilusão de segurança jurídica: do controle da violência à violência do controle. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

ANDRADE, V. R. P. Cidadania: do Direito aos Direitos Humanos. São Paulo: Acadêmica, 1993.

AYRES, J. R. C. M. Vulnerabilidade e avaliação de ações preventivas. HIV/AIDS e abuso de drogas entre adolescentes. São Paulo: Fac. de Medicina da USP, 1996.

BAKHTIN, M. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1997.

BECKER, H. Outsiders: hacia una sociología de la desviación. Buenos Aires: Século XXI, 2009.

BOFF, L. & ARRUDA, M. Globalização: desafios socioeconômicos, éticos

e educativos. Petrópolis: Vozes, 2002.

BONOMO, Y.; PROIMOS, J. Substance misuse: alcohol, tobacco, inhalants, and other drugs. *British Med J*, v. 330, 2005.

BRASIL. Lei n. 9069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 23 ago 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde e do Trabalho. Portaria n. 353, de 7 de março de 2005. Disponível em: <<http://www.inverso.org.br/index.php/content/view/11953.html>>, Acesso em: 12 ago 2014a.

BRASIL. Ministério da Saúde. A Política do Ministério da Saúde para a Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica. Diretrizes do NASF ó Núcleo de Apoio à Saúde da Família. Disponível em: <http://bvsm.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_atencao_basica_diretrizes_nasf.pdf>, Acesso em: 17 ago 2014b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Marco Legal Saúde, um direito de adolescentes. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. I Levantamento Nacional sobre o Uso de Álcool, Tabaco e Outras Drogas entre Universitários das 27 Capitais Brasileiras. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. GREA/IPQ-HCFMUSP. Brasília: SENAD, 2010.

CARLINI, E. A.; GALDURÓZ, J. C. F.; NOTO, A. R., Nappo SA. II Levantamento domiciliar sobre uso de drogas psicotrópicas. Departamento de Psicobiologia. Universidade Federal de São Paulo, 2006.

CARNEIRO, A. C.; OLIVEIRA, A. C. M.; SANTOS, M. M. S.; ALVES, M. S.; CASAIS, N. A.; SANTOS, A. S. Educação popular em saúde mental: relato de uma experiência. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 19, n. 2, 2010.

CARVALHO, A. S. Metodologia da entrevista: uma abordagem fenomenológica. Rio de Janeiro: Agir, 1987.

DIB, C. Z. Como promover a necessária transição da educação formal para educação não-formal em sala de aula: uma efetiva estratégia no ensino de ciência. In: LUIS, M. A. V (Org.). Os novos velhos desafios de saúde mental. Ribeirão Preto: DEPCH/EERP/USP, 2008.

INCUBES. Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: www.prac.ufpb.br/.../Incubes%20%20EDUCACAO%20POPULAR.doc, Acesso em: 16 ago 2014.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). A experiência de gestão e organização do Movimento de Economia Solidária no Brasil. Brasília: Secretaria Executiva do FBES, 2006. Disponível em: http://www.fb.es.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=109&Itemid=216> Acesso em: 13 ago 2014.

FOUCAULT, M. Microfísica do poder. São Paulo: Graal, 2008.

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

_____. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

GALDUROZ, J. C. F.; NOTO, A. R.; FONSECA, A. M.; CARLINI, E. A. V levantamento nacional sobre o consumo de drogas psicotrópicas entre estudantes do ensino fundamental e médio da rede pública de ensino nas 27 capitais brasileiras. São Paulo: Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas: UNIFESP, 2005.

GALDURÓZ, J. C. F.; SANCHEZ, Z. M.; OPALEYE, E. S.; NOTO, A. R.; FONSECA, A. M.; GOMES, P. L. S.; CARLINI, E. A. Fatores associados ao uso pesado de álcool entre estudantes das capitais brasileiras. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 44, n. 2, 2010.

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOMES, B. M. R.; ALVES, J. G. B.; NASCIMENTO, L. C. Consumo de álcool entre estudantes de escolas públicas da Região Metropolitana do Recife, Pernambuco, Brasil. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, 2010.

LUIS, M. A. V. A enfermagem psiquiátrica e de saúde mental: os desafios em direção a uma prática solidária. In: LUIS, M. A. V (Org.). Os novos velhos desafios de saúde mental. Ribeirão Preto: DEPCH/EERP/USP, 2008.

LUZ, M. T. M.; SILVA, R. C. Vulnerabilidade e adolescências. Cadernos Juventude, Saúde e Desenvolvimento. São Paulo, n. 1, 1999.

MASCARENHAS, T. S. O caráter educativo da economia solidária: o caminho do desenvolvimento como liberdade a partir da experiência da Cooperafis. São Paulo, 2010. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2010.

MATTOS, A. M. P. Universidade Popular Comunitária: é possível uma outra educação. Cuiabá, 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) ó Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, 2008.

MELO, F. R. Gravidez Adolescente e Vulnerabilidade Social nas Grandes Metrôpoles: O Caso das Comunidades de Praia da Rosa e Sapucaia. Rio de Janeiro, 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) ó Escola Nacional de Saúde Pública, FIOCRUZ, 2001.

- MORIN, E. O método: habitat, vida, costumes e organização. Porto Alegre: Sulina, 2001.
- NASCIMENTO, L. C.; OLIVEIRA, F. C. S.; MORENO, M. F.; SILVA, F. M. Cuidado espiritual: componente essencial da prática da enfermeira pediátrica na oncologia. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 23, n. 3, 2010.
- NETO, O. C. Um país de desigualdades. *Boletim ABIA. Boletim Especial sobre Violência Estrutural, Desigualdade Social e Vulnerabilidade ao HIV/AIDS*, n. 44, 2000.
- NIAAA. A Call to Action: Changing the Culture of Drinking at U.S. Colleges, National Institute on Alcohol Abuse and Alcoholism, 2005.
- PAULINO, M. A. S.; JEOLÁS, L. S. Jovens, drogas, risco e vulnerabilidade: aproximações teóricas. *Serviço Social em Revista*, Londrina, Universidade Estadual de Londrina, v. 3, n. 1, 2000. Disponível em: <http://www.ssrevista.uel.br/c_v3n1_jovens.htm>, Acesso em: 17 ago. 2014.
- PECHANASKY, F; SZOBO, C. M.; SCIVOLETTO, S. Uso de álcool entre adolescentes: conceitos, características epidemiológicas e fatores etiopatogênicos. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, v. 26, n. 1, 2004.
- PINSKY, I.; SANCHEZ, M.; ZALESKI, M.; LARANJEIRA, R.; CAETANO, R. Exposure to alcohol advertising among youngsters in Brazil: results from the 2006. Brazilian national survey. *Alcohol Clin Exp Res.*, v. 31, n. 6, 2007.
- ROMANO, M.; DUAIBI, S.; PINSKY, I., LARANJEIRA, R. Pesquisa de compra de bebidas alcoólicas por adolescentes em duas cidades do Estado de São Paulo. *Revista de Saúde Pública*, v. 41, n. 4, 2007.
- SANTOS, R. M. S. Prevenção de droga na escola: uma abordagem psicodramática. São Paulo; 1997.
- SCHENKER, M.; MINAYO, M. C. S. Fatores de risco para o uso de drogas na adolescência. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 10, n. 3, 2005.
- SEM, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.
- SINGER, P. A economia solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, S. M. P. (Org.). Educação de adultos e economia solidária. Brasília: INEP, 2005.
- SORTE, N. F. B. O imaginário do adolescente sobre o consumo de álcool e o processo de construção da identidade: implicações na educação e prevenção. Salvador, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, 1998.

SOUZA, D. P. O., et al. Álcool e alcoolismo entre adolescentes da rede estadual de ensino de Cuiabá, Mato Grosso. *Revista de Saúde Pública*, v. 39, n. 4, 2005.

SOUZA, S. L.; CARVALHO, F. M. G.; SILVA, M. A. I.; GOMES, R.; SOUZA, T. C. A representação do consumo de bebidas alcoólicas para adolescentes atendidos em uma Unidade de Saúde da Família. *Ciência & saúde coletiva*, v. 15, n. 3, 2010.

SOUZA, S. L. Compreendendo o consumo de bebidas alcólicas através do olhar d@s adolescentes. Ribeirão Preto, 2009. Tese (Doutorado em Saúde Pública) ó Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2009.

TOURAINÉ, A. Poderemos viver juntos? Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Global status report on alcohol 2004. Geneva: World Health Organizations; 2004.

Resumo

O objetivo deste artigo é explorar a literatura acerca dos principais fatores de risco quanto ao uso de álcool na adolescência, discutindo o conceito de vulnerabilidade social e apresentando categorias a partir dos riscos levantados. O estudo consiste em uma reflexão teórica que aponta a educação popular e a economia solidária como ferramentas hábeis na utilização em atenção primária para alterar os sentidos e práticas juvenis quanto ao consumo de álcool.

Descritores: Adolescência; Álcool; Fatores de Risco; Vulnerabilidade Social, Educação Popular; Economia Solidária.

Abstract

This article aims to explore the literature about the major risk factors for the use of alcohol in adolescence, discussing the concept of social vulnerability and presenting categories according to the risks posed. The study is a theoretical reflection that highlights popular education and social economy as skilled tools for use in primary care to change adolescents' meanings and practices regarding alcohol consumption.

Descriptors: Adolescence; Alcohol; Risk Factors; Social Vulnerability; Popular Education; Solidarity Economy.